

INFORME PUBLICITÁRIO

LULA PODE DECRETAR A MORTE DO VALE-REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

A **ABBT**, entidade que congrega as principais empresas de vale-refeição e alimentação do país, **manifesta perplexidade** diante das notícias de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende **assinar um decreto que altera a essência do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)**, o que pode representar o fim de um **programa social de 50 anos**, considerado um dos mais bem-sucedidos do mundo.

Custa a acreditar que um governo que afirma prezar pela justiça social e pela defesa dos trabalhadores possa **ameaçar a viabilidade de um programa que atende 24 milhões de brasileiros**, sendo a imensa maioria com renda de até cinco salários mínimos.

É ingenuidade imaginar que, diminuindo as taxas cobradas pelas **empresas de benefícios** dos estabelecimentos, haverá redução de preços. Isso é uma falácia. Os vouchers representam apenas 10% das vendas em supermercados. Considerando que o gasto médio do trabalhador é de R\$ 100, a redução de taxas representaria uma cifra irrisória, de apenas R\$ 0,20. **A história recente já comprovou que esse valor não será repassado ao consumidor.**

Entre as mudanças previstas está o fim do arranjo fechado, que garante a fiscalização dos estabelecimentos credenciados. **A introdução do “arranjo aberto” prejudica o trabalhador, abre brechas para fraudes e desvia a finalidade social do PAT.** Com o controle implantado pelas empresas de arranjo fechado, cerca de 3,5 mil estabelecimentos são descredenciados todos os anos por irregularidades, inclusive pela venda ilegal dos vales.

O governo Lula está tratando o PAT como um mero meio de pagamento, esquecendo-se de sua **missão social**. No arranjo aberto, as bandeiras de cartões de crédito e débito e as empresas de maquininhas têm foco estritamente financeiro, privilegiando seus próprios negócios, e não o trabalhador.

Justamente em um momento de **defesa da soberania** há o risco de a regulamentação induzir a concentração do mercado nas maiores administradoras de cartões de crédito de atuação mundial.

A regulamentação da portabilidade, permitindo que o trabalhador escolha a operadora, é outro erro que custará caro. O voucher é um cartão pré-pago, e a mudança de operadora não beneficia o trabalhador. Como o PAT é facultativo, a portabilidade **desestimulará sua adoção pelos empregadores**, ao impor custos operacionais e financeiros aos departamentos de recursos humanos.

A interferência governamental na livre iniciativa e nas regras de mercado resultará em insegurança jurídica. Pequenas e médias empresas do setor não terão condições de competir e sobreviver. Para evitar uma crise no setor, a ABBT procurou inúmeras vezes o governo federal, propondo diversas sugestões — mas nada foi considerado.

O presidente Lula está prestes a deixar uma marca negativa em sua história, às vésperas de um ano eleitoral, ao colocar em risco a sobrevivência do PAT e a comida de qualidade no prato do trabalhador.